

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
Turma 2020 - turma V**

**Curso de Especialização
na Carreira do Ministério Público**

**COORDENAÇÃO GERAL:
Amélia Regina da Silva**

Florianópolis, 2020

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO	1
1.1. Nome do curso:	1
1.2. Coordenador:	1
1.3. Endereço de Funcionamento do Curso:.....	1
1.4. Período de funcionamento do curso:	1
1.5. Turno de Oferta:	1
1.6. Periodicidade:	1
1.7. Local da Oferta	1
1.8. Curso é pago?	1
1.9. O curso oferece alguma bolsa?.....	1
1.10. Curso desenvolvido em parceria?	2
1.11. Fonte de Financiamento:	2
1.12. Público-alvo:	2
1.13. Pré-requisitos para ingresso no curso e critérios de seleção:	2
1.14. Justificativas	2
2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	3
2.1. Objetivos:	3
2.2. Período de funcionamento do curso:	3
2.3. Modalidade:	3
2.4. Carga horária total do curso	4
2.5. Detalhamento do Trabalho de Conclusão de Curso	4
2.6. Trabalho de Conclusão de Curso	4
2.7. Avaliação de desempenho e aprovação do aluno	4
2.8. Controle de Frequência	5
2.9. Recuperação de conceitos	5
2.10. Isenção da disciplina (equivalência de disciplina/aproveitamento)	5
3. ESTRUTURA E RECURSOS DO CURSO	6
4. CORPO DOCENTE.....	39
5. CRONOGRAMA.....	41

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO

1.1. Nome do curso:

Curso de Especialização na Carreira do Ministério Público

1.2. Coordenador:

Nome: Amélia Regina da Silva

1.3. Endereço de Funcionamento do Curso:

Procuradoria-Geral de Justiça

R. Bocaiúva, 1750 - Centro - Capital - Centro Executivo Casa do Barão-Ed.
Sede do MP - 88015904 - Torre B - 1º Andar.

1.4. Período de funcionamento do curso:

De junho de 2020 a 2022, incluindo o prazo de 3 meses para realização do trabalho de conclusão do curso, Artigo Acadêmico, sujeito à prorrogação.

1.5. Turno de Oferta:

Integral.

1.6. Periodicidade:

Encontros mensais, em até 3 dias consecutivos.

1.7. Local da Oferta

CEAF - Florianópolis

Total de vagas: **30**

1.8. Curso é pago?

Por instituição ou empresa (gratuito ao aluno).

1.9. O curso oferece alguma bolsa?

Não oferece nenhum tipo de bolsa.

1.10. Curso desenvolvido em parceria?

Não.

1.11. Fonte de Financiamento:

FECEAF.

1.12. Público-alvo:

Promotores de Justiça.

1.13. Pré-requisitos para ingresso no curso e critérios de seleção:

Aprovação no Concurso do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

1.14. Justificativas

Diversos fenômenos têm influenciado o exercício da atividade ministerial, notadamente a mudança do perfil de atuação do Promotor de Justiça imposto pela Constituição Federal de 1988, marco a partir do qual a instituição passou a defender os interesses coletivos e individuais indisponíveis relacionados ao meio ambiente, ao consumidor, à moralidade administrativa e à cidadania de forma geral. A mudança em tela provocou um renorteamento das atividades dos órgãos de execução do MPSC para a realização de atividades extrajudiciais, situação que passou a exigir dos Promotores de Justiça habilidades não usuais para os operadores jurídicos e, normalmente, não desenvolvidas pelos cursos de bacharelado em Direito, como a administração de recursos humanos e materiais; a condução de reuniões; a mediação e a negociação de conflitos; o relacionamento com a mídia e os movimentos sociais; o conhecimento de orçamento público e de políticas públicas.

Diante disso, surge a necessidade de curso de formação específica em gestão de pessoas e liderança; em relacionamento interinstitucional; em atendimento de excelência ao cidadão; em gestão de promotorias; em negociação de conflitos; em orçamento público; em políticas públicas e movimentos sociais; em administração do tempo; em planejamento estratégico e todas as ferramentas essenciais à realização das funções do Ministério Público atual. Além disso, o Curso de Especialização integrará o

Curso de Ingresso e Vitaliciamento, que é etapa obrigatória do processo de vitaliciamento na Carreira do Ministério Público (Art. 93, inciso IV, da Constituição da República, aplicável por força do art. 129, § 4º, ambos com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004, pelo art. 110 e art. 112, § 1º, cumulado com o art. 119, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000 e o Ato n. 1, de 24 de novembro de 2011, do Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil - CDEMP). Atualmente, é regulamentado no Ministério Público de Santa Catarina pelo Ato Conjunto n. 670/2013/PGJ/CGMP.

2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1. Objetivos:

Geral:

Proporcionar aos membros o conhecimento a respeito da organização e do funcionamento da Instituição e da realidade prática da atuação ministerial, além de oferecer subsídios para o exercício do cargo nas principais áreas de atuação do órgão e na gestão das Promotorias de Justiça.

Específicos:

- Apresentar a visão geral do Ministério Público e sua missão institucional;
- Favorecer os processos de aprendizagem nos temas referentes ao relacionamento com outras instituições e a aproximação com a sociedade; à atuação preventiva e resolutiva de conflitos; à gestão das Promotorias de Justiça; aos aspectos operacionais da atuação funcional judicial ou extrajudicial e a outros temas inerentes à função.

2.2. Período de funcionamento do curso:

De junho de 2020 a 2022, incluindo o prazo de 3 meses para realização do trabalho de conclusão do curso, Artigo Acadêmico, sujeito à prorrogação.

2.3. Modalidade:

Presencial

Na modalidade presencial é previsto 20% da carga horária total do curso em conteúdos semipresenciais (Conforme Art. 8, §2º da Res. Norm. n. 15/CUn/

11).

Obs: O curso, embora seja de modalidade presencial, está sendo ofertado, no ano de 2020 e por tempo ainda indeterminado, na modalidade a distância, devido ao atual cenário de enfrentamento à pandemia pelo Coronavírus.

2.4. Carga horária total do curso

Carga horária teórica: 360 horas

2.5. Detalhamento do Trabalho de Conclusão de Curso

Tipo de trabalho: Artigo Acadêmico

Não há formação de banca examinadora.

2.6. Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso deverá ser em forma de artigo, de acordo com o Guia Básico para Elaboração de Artigo Científico organizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPSC.

O Artigo Acadêmico será realizado sob a orientação de um membro com titulação mínima de Mestre, tendo com critério para aprovação o **conceito B (8,9 a 7,0)**.

O Artigo será publicado na Revista Atuação do Ministério Público de Santa Catarina e deve ser entregue no período de três meses após a última disciplina do curso.

2.7. Avaliação de desempenho e aprovação do aluno

Considera-se aprovado no curso o aluno que obtiver o aproveitamento acadêmico mínimo exigido, sendo a pontuação necessária para aprovação o **conceito B (8,9 a 7,0)** em cada disciplina e para a atividade de elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Para elaboração do conceito, devem ser observadas as seguintes regras:

2.7.1. Nota - Conceito - Situação

10 a 9,0 - A - Aprovado

8,9 a 7,0 - B - Aprovado

6,9 a 5,0 - C - Reprovado

4,9 a 3,0 - D - Reprovado

2,9 a 0,0 - E - Reprovado

2.8. Controle de Frequência

O controle de frequência é realizado pelo professor de cada disciplina e o discente deverá apresentar a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas em cada disciplina.

Caso não possa comparecer, o discente deverá justificar via e-mail (ceaf@mpsc.mp.br), o qual será encaminhado para a Corregedoria Geral do MPSC.

Obs. A pontualidade nas aulas se faz necessária e a frequência é registrada mediante assinatura do discente. Em casos de atraso e não assinatura, o discente deverá encaminhar ao CEAF, **via e-mail**, um atestado de comparecimento, com a assinatura de duas testemunhas, para que a frequência nas aulas seja devidamente registrada.

2.9. Recuperação de conceitos

O discente que deixar de realizar alguma atividade avaliativa do curso deve enviar um e-mail com justificativa para ceaf@mpsc.mp.br, solicitando segunda chamada, a qual será avaliada e agendada pelo docente da disciplina.

O discente que não obtiver conceito A ou B para aprovação (e tiver frequência suficiente) pode solicitar recuperação via e-mail ceaf@mpsc.mp.br, cuja análise e aprovação serão feitas pelo docente da disciplina.

O ressarcimento das despesas do curso é realizado apenas na primeira vez que o discente realiza a disciplina. Caso seja reprovado e precise repetir quaisquer das disciplinas, todas as despesas são de responsabilidade do discente.

2.10. Isenção da disciplina (equivalência de disciplina/aproveitamento)

A validação de disciplina é feita mediante análise comparativa dos estudos

concluídos pelo aluno por parecer pedagógico do docente e da pedagoga responsável, os quais irão avaliar se a disciplina cursada em outra Instituição tem compatibilidade de conteúdos com a disciplina oferecida pelo Curso de Pós-Graduação do CEAF/MPSC, a fim de que não haja prejuízos nos processos de capacitação e formação do discente.

São possíveis de validação as disciplinas que tiverem carga horária igual ou superior a 75% da carga horária da disciplina oferecida, além de compatibilidade de ementa igual ou superior a 75%.

Para solicitar validação de disciplina, o discente deve enviar e-mail para ceaf@mpsc.mp.br, com anexo da ementa original da disciplina concluída e histórico constando a denominação da disciplina, número de créditos, carga horária total, nota e frequência.

Atividades de Avaliação:

Atividades Obrigatórias - Trabalho em Grupo; Seminário; Estudos de Caso; Questionários; Avaliação Teórica; Projetos de Pesquisa.

Atividades Complementares - Participação em eventos de aperfeiçoamento promovidos pela Administração Superior do MPSC e dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público; realização de palestras e reuniões dirigidas à sociedade sobre o papel do Ministério Público; artigo acadêmico para publicação na Revista Atuação sobre tema relacionado à atuação ministerial.

Formas de Avaliação:

Trabalho em Grupo; Seminário; Estudos de Caso; Questionários; Avaliação Teórica; Projetos de Pesquisa.

3. ESTRUTURA E RECURSOS DO CURSO

O curso será proposto em três módulos: **Tópicos especiais de gestão aplicados ao Ministério Público; Tópicos interdisciplinares e Temas específicos da atuação do Ministério Público**, com total de 360 horas de disciplinas.

Módulo 1 - Temas específicos da atuação do Ministério Público

Módulo 2 - Tópicos interdisciplinares

Módulo 3 - Tópicos especiais de gestão aplicados ao Ministério Público

Alteração do nome da disciplina: Media Training para Gestão estratégica de comunicação na Promotoria de Justiça.

A alteração do nome da disciplina Media Training se faz necessária devido à adequação do conteúdo a uma disciplina de pós-graduação. Media training é um termo que designa, como o próprio nome diz, um treinamento, uma oficina, que visa apenas a preparar o aluno a falar com jornalistas - como se portar em entrevistas para jornais, rádios e TVs. Diante disso, entendemos que o nome mais adequado seja “Comunicação Estratégica na Promotoria”, visto que a disciplina apresenta um conteúdo mais amplo, cujo propósito é preparar o aluno para o uso estratégico da comunicação como elemento essencial a toda a iniciativa de interesse público, como é o caso da atuação do Ministério Público, como instituição, e do Promotor de Justiça, como membro dessa instituição. As organizações - sejam públicas, privadas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e ONGs - hoje são monitoradas de perto pela sociedade, que agora conta com os próprios meios de comunicação, suas redes e mídias sociais, além da Imprensa, para se manifestar. Transparência e *accountability* - o termo em inglês que significa agir com responsabilidade social e ética -, além de serem cobradas pelo público, são atitudes esperadas das organizações e, especialmente, dos agentes públicos. Não há mais como uma organização agir única e exclusivamente de acordo com os seus próprios objetivos, sem prestar contas aos seus diferentes públicos e à sociedade (NEVES, 2015; Bueno, 2009; Gomes 2009 e Torquato, 2008). Nesse sentido, a disciplina “Comunicação Estratégica na Promotoria” objetiva capacitar o Promotor de Justiça a detectar os elementos informativos e comunicacionais inerentes às suas ações e como aproveitá-los de forma estratégica para o cumprimento de seus objetivos. Como comunicar à sociedade ações potencialmente impopulares de maneira a convencer o público de que as medidas são necessárias para o bem comum? Como anular as iniciativas de manipulação da opinião pública promovidas pelas partes impactadas

negativamente? Como identificar os riscos de crise e revertê-los em oportunidades para a formação da opinião pública e otimizar potencial pedagógico de uma determinada ação, de maneira que a própria sociedade se conscientize do problema e passe a atuar preventivamente? Essas perguntas, entre outras, somente são respondidas e provocam a reflexão necessária para a aplicação na rotina de uma Promotoria de Justiça se tratadas com a profundidade teórica e conceitual de uma disciplina.

Alteração do nome da disciplina “Políticas Públicas e movimentos sociais” para “Políticas Públicas”

Entende-se que a inclusão da temática “movimentos sociais” no nome da disciplina tende a limitar o direcionamento do conteúdo a ser ministrado. Ao contrário, constando apenas “Políticas Públicas”, o rol de assuntos a serem tratados, além de ser mais abrangente, aproxima-se mais das funções institucionais do Ministério Público.

Inclusão de disciplina: Segurança Institucional

O cumprimento da missão constitucional reservada ao Ministério Público naturalmente atinge agentes e organizações que, para preservação dos seus interesses ilícitos, buscam, através da prática de atentados e ameaças contra membros da Instituição, desencorajá-los do exercício de suas funções institucionais. Ações dessa natureza naturalmente atentam contra a ordem jurídica, desafiam o Estado Democrático de Direito e ameaçam a independência do Ministério Público brasileiro. Também não se pode olvidar que, impulsionado pela globalização, ao aderir às novas tecnologias para garantir à sociedade a prestação de um serviço público eficiente e de qualidade, a instituição se expôs a um universo de ameaças que, com impressionante dinamismo, polutam o cyberspaço, comprometendo a segurança da integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações e sistemas sob a guarda do Ministério Público. O cenário de risco a que se encontram expostos o Ministério Público e seus membros exige a implantação de uma política de salvaguarda institucional que seja capaz de garantir o exercício pleno e livre das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes,

bem como o controle das vulnerabilidades em torno da informação e seus sistemas. É imprescindível, portanto, à proteção do Ministério Público brasileiro a instituição de mecanismos que, em todos os eixos de atuação através dos quais se manifesta (recursos humanos, áreas e instalações, materiais, informação e seus sistemas), sejam capazes de assegurar a preservação da identidade, imagem e reputação da Instituição, bem como a atuação livre e independente de seus integrantes.

Alteração de carga horária

Buscando sempre o aperfeiçoamento do curso em seus processos formativos, houve alteração da carga horária de algumas disciplinas do Curso de Especialização Formação e Aperfeiçoamento na Carreira do Ministério Público, sob análise e avaliação do corpo docente e discente, de forma a atualizar e distribuir melhor os conteúdos das disciplinas.

Disciplinas com carga horária alterada: Gestão estratégica de comunicação na Promotoria de Justiça; Metodologia do Trabalho Científico II; Gestão de Promotorias de Justiça; Gestão de Pessoas e Liderança; Atendimento ao cidadão; Técnicas de negociação e de mediação e resolução de conflitos e de problemas; Sistema de Informação e Gestão - SIG e Excelência em Gestão Pública.

MÓDULO I - <i>Temas Específicos da Atuação do Ministério Público</i>	
Disciplinas	Carga horária
Gestão Estratégica de Comunicação na Promotoria de Justiça	16h
Segurança Institucional	20h (sendo 4h EAD)
Políticas Públicas	15h
Psicologia Jurídica	16h
Oratória Forense	12h
Redação Jurídica	8h
Metodologia do Trabalho Científico I	8h
MÓDULO II - <i>Tópicos Interdisciplinares</i>	

Disciplinas	Carga horária
Gestão de Promotorias de Justiça	12h
Gestão de Pessoas e Liderança	8h
Orçamento Público	20h (sendo 4h EAD)
Atendimento ao Cidadão	8h
Técnicas de Negociação e de Mediação e Resolução de Conflitos e Problemas	12h
Informática Jurídica	10h (sendo 2h EAD)
Excelência em Gestão Pública	10h (sendo 2h EAD)
MÓDULO III - Tópicos Especiais de Gestão Aplicados ao Ministério Público	
Disciplinas	Carga horária
Tópicos Destacados da Atuação na Área Tributária	15h
Tópicos Destacados da Atuação na Área da Infância e Juventude	20h (sendo 4h EAD)
Tópicos Destacados da Atuação na Área do Meio Ambiente	20h (sendo 4h EAD)
Tópicos Destacados da Atuação na Área dos Direitos Humanos e Terceiro Setor	20h (sendo 4h EAD)
Tópicos Destacados da Atuação na Área Criminal	20h (sendo 4h EAD)
Tópicos Destacados da Atuação na Área de Recursos Especial e Extraordinário	10h
Tópicos Destacados da Atuação na Área Constitucional	8h
Tópicos Destacados da Atuação na Área da Moralidade Administrativa e Eleitoral	20h (sendo 4h EAD)
Tópicos Destacados da Atuação na Área do Consumidor	20h (sendo 4h EAD)
Metodologia do Trabalho Científico II	24h (sendo 16h EAD)
Seminário de divulgação dos artigos e encerramento do curso	8h
Total	360h

Programas de Ensino

Módulo I

Disciplina: Redação Jurídica

Ementa: Redação jurídica e comunicações oficiais. Reforma Ortográfica. Gramática aplicada ao texto jurídico. Expressões que causam dúvida na escrita jurídica. Simplificação da linguagem jurídica: recursos oferecidos pela língua; parâmetros da textualidade: coesão, coerência, progressão, concisão; paralelismo e gerúndio. Vírgulas em dispositivos de lei e em outros casos. Peças extrajudiciais e processuais.

Referências básicas:

CIPRO NETO, P., INFANTE, U. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 1997.

COSTA, José Maria. Manual de Redação Profissional. 2ª ed. Campinas: Millenium, 2004.

FARACO, Carlos Alberto, TEZZA, Cristóvão. Prática de texto para estudantes universitários. 9ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Oficina de texto. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FLORES, L. L. Redação: o texto técnico/científico e o texto literário, dissertação, descrição, narração, resumo, relatório. Florianópolis: UFSC, 1992.

DAMIÃO, R.T., HENRIQUES, A. Curso de Português Jurídico. São Paulo: Atlas, 1995.

HENRIQUES, Antonio. Prática da linguagem Jurídica. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____, ANDRADE, M.M. Dicionário de verbos jurídicos. São Paulo: Atlas, 1996.

KASPARY, Adalberto José. Português para profissionais. 23ª ed. Porto Alegre: Edita, 2006.

_____. Redação oficial - normas e modelos. Porto Alegre: Edita, 2007.

_____. Português em exercícios. Porto Alegre: Edita, 2003.

_____. O verbo na linguagem jurídica: acepções e regimes. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

Disciplina: Oratória Forense

Ementa: Oratória e expressão corporal. Bom uso da voz, da postura corporal. Qualidades do orador para comunicação eficaz. Aspectos da programação neurolinguística na comunicação. A técnica do *Rapport* (espelhamento e assemelhamento). Conceitos de argumentar - persuadir e convencer. Uso do microfone e da tribuna. Importância do olhar e do sorriso, os tipos de olhar, distância social e território. Técnicas do improviso, timidez. Aparência (cuidados e dicas). Linguagem corporal e significados dos gestos. Os dez mandamentos do bom comunicador.

Referências básicas:

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. 22.ed. São Paulo: Ática, 2006.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. **Curso de português jurídico**. São Paulo: Atlas 2000.

TRAVAGLIA, Luiz e KOCH, Ingedore. **A coerência textual**. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

XAVIER, Ronaldo caldeira. **Português no direito: linguagem forense**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

Disciplina: Gestão estratégica de comunicação na Promotoria de Justiça

Ementa: Comunicação Social e Comunicação Estratégica Institucional: o uso dos meios de comunicação de massa, as mídias sociais e as mídias institucionais como instrumentos de atuação ministerial. Convergências e Divergências: Pontos em comum entre o Ministério Público e a Imprensa:

interesse público, transparência e *accountability*. Pontos divergentes: o tempo da Justiça e o tempo da Notícia; a linguagem jornalística e a linguagem do Direito. Mídias sociais e institucionais: a notícia no portal do MPSC; os Blogues das Promotorias; o Canal do MPSC no YouTube; as redes sociais do MPSC.

Referências básicas:

RIBEIRO, Ângelo A. **YouTube, a nova TV corporativa: o vídeo na web como estratégia de comunicação pública e empresarial**. Florianópolis: Combook, 2013.

TRICHES, Guilherme. **Relações entre jornalistas e membros do Ministério Público: atuação fiscal e interesse público**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107448/320699.pdf?sequence=1>

NASCIMENTO, Solano. **Os novos esc ribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

LEVY, Gabriela (org). **Manual de relacionamento com a imprensa**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. **Cartilha de Relacionamento com a Imprensa (o quê, quando, como, onde e por que falar com jornalistas)**. Florianópolis: MPSC, 2012.

Disciplina: Psicologia Jurídica

Ementa: Fundamentos da Psicologia Jurídica. O uso dos recursos da Psicologia no âmbito do Direito. Interdisciplinaridade: Criminal, Cível, Infância e Juventude e Família. Noções de Desenvolvimento da Personalidade Humana. Psicopatologias Forenses: Provas, Perícias e Avaliações Psicológicas.

Referências básicas:

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. Livraria do Advogado, terceira edição. Porto Alegre, 2009.

- ROVINSKI, S. L. R. **A perícia psicológica**. In: Aletheia. Canoas: ULBRA/ Departamento de Psicologia, n. 7, p. 55-63, jan./jun. 1998.

_____. **Fundamentos da perícia psicológica Forense**. 2ª Edição. São Paulo: Vetor, 2007.

- APASE (Org.). **Guarda Compartilhada: aspectos psicológicos e jurídicos**. Porto Alegre: Equilíbrio, 2005.

- APASE (Org.). **Síndrome da Alienação Parental e a Tirania do Guardiã**. Porto Alegre: Equilíbrio, 2007.

- SILVA, Evandro L. **Perícias Psicológicas nas Varas de Família: um recorte da Psicologia Jurídica**. Porto Alegre: Equilíbrio, 2009.

Referências complementares:

ROVINSKI, S. L. R. **Perícia psicológica na área forense**. In: CUNHA, J. A. e colaboradores. **Psicodiagnóstico - V. 5 ed. aum.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CRUZ, R. M. , Alchieri, J. C. **Avaliação Psicológica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CRUZ, R. M. **A Perícia Psicológica**. In: Cruz, R.M., Alchieri, J. C., Sardá, J. J. **Avaliação e Medidas Psicológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CRUZ, Roberto Moraes; Maciel, Saidy Karolin; Cunha Ramirez, Dario. **O trabalho do psicólogo no campo jurídico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SHINE, Sidney. **A espada de Salomão: a psicologia e a disputa de guarda de filhos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SHINE, Sidney (Org.). **Avaliação Psicológica e Lei: Adoção, Vitimização, Separação Conjugal, Danos Psíquicos e outros temas**. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

- CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico - V.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

- DOLTO, Françoise. **Quando os pais se separam**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

----- **Quando surge a criança**. Campinas: Papyrus, 1997.

- GONÇALVES, Mônica Duarte da Silva. **Homens com a guarda de filhos: sentimentos e reorganizações do cotidiano.** Dissertação de mestrado, UFSC, 2002.
- OCAMPO, M. L. S, Arzeno, M. E. G., Piccolo, E. G. et al. **O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas.** Trad. de M. Felzenszwalb. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MACIEL, S. K. **Perícia Psicológica e resolução de conflitos familiares.** Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- SILVA, Evandro Luiz. **Os efeitos do tipo de guarda, compartilhada ou exclusiva - legal ou de fato - na dinâmica da criança: estudos de casos.** Florianópolis: Biblioteca da UFSC, 2003.

Disciplina: Políticas Públicas

Ementa: Democracia, políticas públicas e participação política. Políticas públicas e instituições participativas no Brasil. Possibilidades e limites da atuação das instituições participativas: avaliações e desafios.

Referências básicas:

LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. *RBCS*, 85, 2014.

FREDERICO BARBOSA da SILVA, LUCIANA JACCOUD e NATHALIE BEGHIN. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: IPEA: Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. 2009.

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico

Ementa: Abordagens gerais da pesquisa no campo das Ciências Jurídicas e humanas. Concepções teóricas de pesquisa. Estado da Arte na pesquisa considerando os temas implicados pelo curso. Métodos de pesquisa ou possibilidades de expressão estética e crítica. O método das Ciências Humanas. Formação e pesquisa. Pensamento conceitual e “frequentação” de textos acadêmicos para aprender a ler, explicar e comentar.

Referências:

ALVES, R. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e às suas regras.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BIANCHETTI, L., MACHADO, A. M. (Org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações.** Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002, 408p.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1980/1999

FOLSCHEID, Dominique. **Metodologia filosófica/D.Folscheid, Jean Jacques Wunenberger,** 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTAIGNE, M. **Os Ensaio.** Livro I 2ª Ed. SP: Martins Fontes, 2002.

NOVAES, Adauto. **Os Sentidos da Paixão.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009

PESSANHA, José Américo. **Modernidade: racionalidade, imaginação e ética.** Educação Realidade. v.22/jan./jun./1997

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.** 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VIESENTEINER, J. L. **Aprender a ver, aprender a pensar, aprender a falar e escrever: condições do conceito de Bildung no Crepúsculo dos Ídolos de Nietzsche.** Artigo no prelo e disponibilizado em palestra/UFSC-2011.

Disciplina: Segurança Institucional

Ementa: Conceitos fundamentais. Segmentos e Medidas de Segurança

Institucional. Segurança de Pessoas. Segurança de Material. Segurança das áreas e instalações. Segurança da Informação. Incidentes de Segurança e Gestão de Risco. Cultura de Segurança. Normatização. Inteligência e contra inteligência.

Referências:

ALVES, Gustavo Alberto. **Segurança da informação: uma visão inovadora da gestão**. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna Ltda., 2006.

ANDRADE, Helder. **Segurança é prevenção**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Ciência Moderna Ltda., 2013.

BARRETO, Alesandro Gonçalves; BRASIL, Beatriz Silveira. **Manual de investigação cibernética à luz do marco civil da internet**. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.

BARROSO, Adriana; ANDRADE, Fred. **Manual de segurança corporativa**. São Paulo: Atlas, 2007.

BEAL, Adriana. **Gestão estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações**. 1ª ed. - 8ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

BEZERRA, Adonel. **Evitando Hackers: controle seus sistemas computacionais antes que alguém o faça**. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna Ltda, 2012.

CARUSO, Carlos A.A.; STEFFEN, Flávio Deny. **Segurança em informática e de informações**. 4ª ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2013.

CASTRO, Clarindo Alves de; RONDON FILHO, Edson Benedito. **Inteligência de segurança pública: um xeque-mate na criminalidade**. Curitiba: Juruá, 2009.

CEPIK, Marco; BRANDÃO, Priscila Carlos. **Inteligência de segurança pública: teoria e prática no controle da criminalidade**. Niterói, RJ: Impetus, 2013.

COSTA, Roberto Zapotoczny. **Gerenciamento de crises em segurança empresarial e sequestros**. Rio de Janeiro, Ed. Ciência Moderna Ltda., 2008.

DANTAS FILHO, Diógenes. **Segurança Pessoal**. Ed. Ciência Moderna Ltda., 2002.

DAWEL, George. **A segurança da informação nas empresas: ampliando horizontes além da tecnologia**. Rio de Janeiro, Ed. Ciência Moderna Ltda., 2005.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do. **Tempo Social: REVISTA DE SOCIOLOGIA DA USP**, São Paulo, v. 23, n. 2, p.213-233, 15 ago. 2011.

DUMONT, Danilo Mozeli; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. **Inteligência Pública na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

FARAH, Camel André de Godoy. **Gestão de Segurança Institucional**. Florianópolis: Livro Digital, 2013. Disponível em: http://intranet.mp.sc.gov.br/intranet/conteudo/documentos/Ebook_versaoCorrigida_2014.pdf

FONTES, Edison. **Clicando com segurança: tratando as questões atuais da proteção da informação na organização e família**. Rio de Janeiro: Brasport, 2011.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Políticos e espões: o controle da atividade de inteligência**. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

KIM, David; SOLOMON, Michael G. **Fundamentos de segurança de sistemas de informação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

MEIRELES, Nino Ricardo. **Liderança do gestor de segurança: visão estratégica dos processos de segurança**. 1ª ed. São Paulo: Sicurezza, 2012.

MEIRELES, Nino Ricardo. **Gestão estratégica do sistema de segurança: conceitos, teorias, processos e prática**. 1ª ed. São Paulo: Sicurezza, 2011.

MINGARDI, Guaracy. **O trabalho da inteligência no controle do crime organizado.** *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 51-69, 2007.

MITNICK, Kevin D.; SIMON, William L. **A arte de enganar - ataques de hackers: controlando o fator humano na segurança da informação.** São Paulo: Pearson Makron Books, 2003.

PARODI, Lorenzo. **Manual das fraudes.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

SANTOS, Wilson. **Manual antissequestro e assalto.** 1ª ed, 4ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2012.

SÊMOLA, Marcos. **Gestão da segurança da informação: uma visão executiva.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

SILVA, André Pereira. **Gestão de condutas na segurança eletrônica.** Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2009.

SILVA, Antônio Everardo Nunes. **Segurança da informação - vazamento de informações: as informações estão realmente seguras em sua empresa?** Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna Ltda., 2012.

SOUZA, Marcelo Barbosa de. **Controle de Acesso: conceitos, Tecnologias e Benefícios.** São Paulo: Sicurezza, 2010.

TINELLO, Maurício Ricardo. **A arte da fraude quando nada é o que parece.** São Paulo: Sicurezza, 2006.

VAITSMAN, Helio Santiago. **Dicas de segurança.** 1ª ed. São Paulo: Sicurezza, 2010.

Módulo II

Disciplina: Gestão de Promotorias de Justiça

Ementa: Conceitos elementares de gestão (ciclo PDCA). Conceitos de apoio à

decisão (avaliação de desempenho). Como organizar e planejar as atividades cotidianas (processos de trabalho). Como estruturar problemas e priorizar demandas de trabalho complexas. Elementos de Liderança Organizacional. Elementos de Gerenciamento de Projetos. Estudo de Caso no âmbito do MPSC.

Referências básicas:

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração**. 2.ed., São Paulo: Atlas S.A., 2000.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Organização Orientada para a Estratégia**. 6.ed., Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2001.

KERZNER, Harold. **Gestão de Projetos - As melhores práticas**. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2002.

MARANHÃO, Mauriti; MACIEIRA, Maria Elisa. **O processo nosso de cada dia**. 2. ed., Rio de Janeiro: Ed. Qualitymark, 2008.

Referências complementares:

KATZENBACH, John R., SMITH, Douglas K. **Equipes de alta performance**. 6. ed., Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

Ministério do Planejamento. **GESPÚBLICA** - site www.gespublica.gov.br , acesso em 30/10/2014.

Disciplina: Gestão de Pessoas e Liderança

Ementa: O papel da liderança e da equipe, dentro de uma nova visão da Administração Pública. O papel das lideranças na obtenção de resultados por intermédio das pessoas. O líder no papel de monitor. Estilos de liderança. Desempenho individual dos membros de equipe. Desempenho da equipe como um todo. Desempenho da organização. Motivação e estabelecimento de metas. Delegação. Acompanhamento individual - *coaching*. Estabelecimento de indicadores/Avaliação de equipes. Ética, cultura e liderança no novo serviço público.

Referências básicas:

ARMSTRONG, Michael. **Como ser um gerente melhor: um guia completo de A - Z de técnicas comprovadas e conhecimentos essenciais** / Michael Armstrong; tradução de Nivaldo Montigelli Jr. - São Paulo : Clio Editora, 2008.

FISCHER, Roger. **Como chegar ao sim: negociação de acordos sem concessões** / Roger Fischer, William Ury & Bruce Patton; tradução Vera Ribeiro & Ana Luiza Borges. - 2º Ed. revisada e ampliada. - Rio de Janeiro: Imago Ed., 1994.

HOUSEL, Debra J. **Equipes: gerenciando para o sucesso**/ Debra J. Housel; tradução Marília de Moura Zanella. - São Paulo: Cengage Learning, 2008. (Série profissional).

Liderança e gestão de pessoas: autores e conceitos imprescindíveis / (Organização Carlos Alberto Júlio e José Salibi Neto). - São Paulo: Publifolha, 2002. -(Coletânea HSM Management).

SLATER, Robert. **Liderança de Alto Impacto**/ Roberto Slater; tradução de Júlio Bernardo Ludermir. -Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha, 1999.

Referências complementares:

BENNIS, Warren. **Líderes: Estratégias para assumir a verdadeira liderança**/ Warren Bennis e Burt Nanus; tradução Auripebo Berrance Simões. - São Paulo: HARBRA, 1988.

Como conduzir negociações. -São Paulo: Publifolha, 1999.

Como o Líder pensa / tradução Ebréia de Castro Alves. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

COVEY, Stephen R. **Liderança Baseada em Princípios**/Stephen R. Covey; tradução Astrid Beatriz de Figueiredo. - Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MARTINELLI, Dante P. **Negociação e Solução de Conflitos: do impasse ao ganha-ganha através do melhor estilo**/ Dante P. Martinelli e Ana Paula de Almeida. - São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina: Excelência em Gestão Pública

Ementa: Fundamentos de Governo Eletrônico e de Plataformas e-Gov. Governo Aberto e a Inteligência Coletiva. O conhecimento como fator de produção e de transformação da gestão pública.

Referências básicas:

Jane E. Fountain - Construindo um Estado Virtual - Tecnologia da informação e mudança institucional - ENAP (2006)

Douglas Holmes. eGov: E-Business Strategies for Government - Nicholas Brealey Publishing (2001)

Daniel Lahtrop e Laurel Ruma. Open Government: Collaboration, Transparency, and Participation in Practice. O'Reilly, 2010.

Referências complementares:

Tapscott, Don; Williams, Anthony D. Wikinomics - Como a Colaboração em Massa Pode Mudar o seu Negócio. Nova Fronteira.2007

Nonaka, Ikujiro; Takeuchi, Hirotaka. Gestão do Conhecimento. Bookman. 2008

Kenneth C. Laudon e Jane P. Laudon. Sistemas de informação gerenciais. Prentice Hall, 9, ed. 2011.

Alexander Osterwalder and Yves Pigneur. Business Model Generation A Handbook for Visionaries, Game Changers, and Challengers. John Wiley & Sons, 2010

Disciplina: Atendimento ao Cidadão

Ementa: Contextualização. O papel do Promotor de Justiça na formação e visibilidade organizacional. Ascensão da consciência de qualidade na Administração Pública. Noções básicas de qualidade em serviços. Dimensões e lacunas da qualidade em serviços. O atendimento ao cidadão na visão de qualidade. Paradigmas essenciais e princípios do atendimento de excelência.

Referências:

ARAUJO, Carolina. **Qualidade no atendimento a clientes.** (2004). Disponível em <http://www.bomdespachomg.com.br/artebom/qualidenoatedimento.PDF>

BEE, Frances. **Fidelizar o cliente**. São Paulo: Nobel, 2000.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GesPública; **Instrumento para Avaliação da Gestão Pública - 250 e 500 Pontos**; Brasília; MP, SEGES 2009 Versão 1/2009. Disponível em https://www.gespublica.gov.br/folder_produtos/folder_produtos/pasta.2010-04-26.6448349404/anexos/iagp_250_500_web.pdf

CAMPOS, Vicente Falconi. **Qualidade total: padronização de empresas**. Nova Lima: INDG tecnologia e Serviços Ltda., 2004.

DANTAS, Edmundo Brandão. **Atendimento ao público nas organizações: quando o marketing de serviços mostra a cara**. Brasília: Editora Senac DF, 2004.

ENAP. **Experiências internacionais voltadas para a satisfação dos usuários-cidadãos com os serviços públicos**. Brasília: ENAP, 2000. Texto para discussão, n. 42. Disponível em <http://www.enap.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=259>

ILB - Instituto Legislativo Brasileiro. **Excelência no Atendimento (s.d.)**. Disponível em <http://www.omni3.com.br/ilb/resources/atividades/curso.pdf>

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do gespública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

WEIL, Pierre Gilles; TOMPAKOW, Roland. **O corpo fala: linguagem silenciosa da comunicação não-verbal**. 60. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ZEITHAML, Valarie A; BITNER, Mary Jo. **Marketing de serviços: a empresa com foco no cliente**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

Disciplina: Técnicas de negociação e de mediação e resolução de conflitos e de problemas

Ementa: A ética. Conceitos importantes. Métodos básicos de negociação. Fases da negociação e sua aplicação à mediação. Planejamento. O contato. Objetivação da negociação. Comunicação não verbal. Defesa contra as táticas duras dos negociadores competitivos. Técnicas básicas de mediação.

Formalização do acordo. Implementação.

Referências básicas:

CALLIÈRES, F. **Como negociar com príncipes: os princípios clássicos da diplomacia e da negociação.** Rio de Janeiro: Campus: 2001.

LEWICKI, R. L.; SAUNDERS, D. M.; MINTON, J. W. **Fundamentos da Negociação.** Porto Alegre: Bookman, 2002.

MORAIS, Paulo Valério Dal Pai. **A negociação ética para agentes públicos.** Rio de Janeiro: Editora Fórum, 2012.

Referências complementares:

FISHER, R. et. al. **Estratégias de negociação.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

MOORE, C. W. **O processo de mediação.** Porto Alegre: Artmed. 1998.

MOSCOVICI, F. **Razão e emoção.** Salvador: Casa da Qualidade, 1997.

URY, W. L. **Chegando a Paz.** Rio de Janeiro: Campus. 2000.

WEISS, D. **Como resolver (ou evitar) conflitos no trabalho.** São Paulo: Nobel, 1994.

Disciplina: Orçamento Público

Ementa: Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Ciclo orçamentário. Elaboração da proposta orçamentária. Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Lei orçamentária de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Gestão financeira. Receita e despesa pública. Créditos adicionais. Transparência Pública e Lei de Acesso à Informação.

Referências básicas:

BRASIL. **Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 001/1992 a 073/2013 e Emendas Constitucionais de Revisão n.01 a 06/94. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2014.

BRASIL. Lei complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. Parte I: Procedimentos Contábeis Orçamentários. Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Válido a partir do exercício de 2013. Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012. 5ª ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2012. Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/Parte_I_-_PCO.pdf > Acesso em: 30 de outubro de 2014.

SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina: promulgada em 05 de outubro de 1989 atualizada até a Emenda Constitucional n. 064/2012. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/docs/constituicaoEstadual/constituicao.pdf>>. Acesso em: 16 de junho de 2013.

Referências complementares:

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. **Gestão de finanças públicas:** fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3ª ed. Volume I. Brasília: Gestão Pública Editora e Treinamentos, 2013.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público:** abordagem simples e objetiva, atualizado com a Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, LRF e portarias da SOF/STN-MCASP. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Informática Jurídica

Ementa: Informática, sistemas de informação e informática jurídica. Processo eletrônico. Sistema de Informação no Ministério Público de Santa Catarina.

Tabelas unificadas do Ministério Público. Inovação aplicada à informática jurídica.

Referências básicas:

Treinamento à distância do SIG/MPSC CNMP. Resolução n. 63/2010.

CNMP. Consulta pública às Tabelas Unificadas. Disponível em <http://sgt.cnmp.gov.br/consulta_publica_classes.php>.

Módulo III

Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área criminal

Ementa: Tribunal do Júri - Atualização e Prática do Tribunal do Júri. Combate à Lavagem de Dinheiro. Controle Externo da Atividade Policial. Temas destacados do Direito Penal e Processual Penal. Perícias Oficiais.

Referências:

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Primeiras reflexões sobre organização criminosa**. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/cezarbitencourt/2013/09/05/primeiras-reflexoes-sobre-organizacao-criminosa>. Acesso em 17/9/2013.

BONFIM, Edilson Mougnot Bonfim. **No Tribunal do Júri - crimes emblemáticos, grandes julgamentos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

DALABRIDA, Sidney Eloy. **A nova lei do crime organizado - Lei n. 12.850/13**. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/henriqueziesemer/2013/09/12/a-nova-lei-do-crime-organizado-lei-n-12-8502013>. Acesso em 17/09/2013.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatório Nacional da Execução da Meta 2: um diagnóstico da investigação de homicídios no país**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2012.

Gomes, Luiz Flávio. **Definição de crime organizado e a Convenção de**

- Palermo. Disponível em: <http://www.lfg.com.br>. 06 de maio de 2009.
- _____. **Criminalidade econômica organizada**. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/lfg/2013/08/29/criminalidade-economica-organizada>. Acesso em 02/09/2013.
- LEAL, João José. **A Lei 9.807/99 e a figura do acusado-colaborador ou prêmio à delação**. In: RT 782/00.
- LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação Criminal Especial Comentada**. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.
- Ministério Público do Estado de Santa Catarina. **Manual de orientação: Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/SC)**. Florianópolis: MPSC, 2013.
- MOREIRA, Rômulo de Andrade. **A nova Lei de organização criminosa - Lei n. 12.850/2013**. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/romulomoreira/2013/08/12/a-nova-lei-de-organizacao-criminosa-lei-no-12-8502013>. Acesso em 12/8/2013.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- _____. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 7. ed. rev. atual e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.
- _____. **Tribunal do Júri**. 5ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: GEN, 2014.
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 17. ed. - **Comentários ao CPP - 5. Ed. - Lei 12.850/13**. Disponível em: <http://eugeniopacelli.com.br/atualizacoes/curso-de-processo-penal-17a-edicao-comentarios-ao-cpp-5a-edicao-lei-12-85013-2>. Acesso em 26/8/2013.
- QUEIJO, Maria Elizabeth. **O Direito de não produzir prova contra si mesmo (o princípio *nemo tenetur se detegere* e suas decorrências no processo penal)**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- SANCTIS, Fausto Martin de. **Combate à lavagem de dinheiro: teoria e prática**. Campinas, SP: Millenium Editora, 2008.
- TASSE, Adel el. **Nova Lei de Crime Organizado**. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/adeeltasse/2013/08/22/nova-lei-de-crime-organizado>. Acesso em 4/9/2013.

Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área da infância e juventude

Ementa: Direito da Criança e do Adolescente no Brasil. Sistema de Garantia e Sistema de Justiça. Sistema Único de Assistência Social (e serviços da psicologia). Direito à educação. to Infracional e Sistema de Atendimento Socioeducativo. Atualização em Direito de família.

Referências:

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRANDÃO, C. da. F. **LDB passo a passo**. 4 ed. São Paulo: Avercamp, 2010.

CABRAL, E. A. (coord). **Sistema de garantia de direitos: um caminho para a proteção integral**. Recife: Cendhec, 1999.

CALEGARI, D.; PEREIRA, M. F. **Planejamento estratégico das escolas**. São Paulo: Atlas, 2013.

CURRY, M. (coord). **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

ELIAS, R. J. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. **Direito das famílias**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

LIBERATI, W. D. **Políticas públicas no Estado Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2013.

MACHADO, M. de T. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri: Manole, 2003.

MACHADO, R. **Educação especial na escola inclusiva**. São Paulo: Cortez, 2009.

MACIEL, K. R. F. L. A (coord). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MAZZILLI, H. N. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MOREIRA, O. R. **Políticas públicas e direito à educação**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

MPSC. **Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude: Conselhos e Fundos e Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**. 2 ed. vol. 2. Disponível em <<http://portal.mp.sc.gov.br/portal/servicos/publicacoes-tecnicas.aspx>>

MPSC. **Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude: O ato infracional e o sistema socioeducativo**. vol. 3. Disponível em <<http://portal.mp.sc.gov.br/portal/servicos/publicacoes-tecnicas.aspx>>

MPSC. **Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude: Parte geral**. 3 ed. vol. 1. Disponível em <<http://portal.mp.sc.gov.br/portal/servicos/publicacoes-tecnicas.aspx>>

PENA JR., M. C. **Direito das pessoas e das famílias**. São Paulo: Saraiva, 2008.

PEREIRA, T. da S. **Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

PESTANA, D. **Manual do conselheiro tutelar**. Curitiba: Juruá, 2008.

RIZZARDO, A. **Direito de família**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

RODRIGUES, G. de A. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta: teoria e prática**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

ROSA, A. M. da. **Direito infracional: garantismo, psicanálise e movimento antiterror**. Florianópolis: Habitus, 2005.

ROSSATO, L. A.; LÉPORE, P. E. **Comentários à lei nacional da adoção**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SANCHES, H. C. C.; VERONESE, J. R. P. **Dos filhos de criação à filiação socioafetiva**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SANTOS, M. H. **O ministério público e seu papel articular junto ao SUS**. Salvador: Juspodivm, 2013.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao Fundeb**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVA, M. G. **Ato infracional e garantias: uma crítica ao direito penal juvenil**. Florianópolis: Conceito, 2008.

SOUZA, S. A. G. P. **Os direitos da criança e os direitos humanos**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2001.

VERONESE, J. R. P. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: Ltr, 1999.

VERONESE, J. R. P.; SILVEIRA, M. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. São Paulo: Conceito, 2011.

Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área dos direitos humanos e terceiro setor

Ementa: Direito à saúde. Saúde mental. Idosos. Pessoas com Deficiência. Fiscalização das Fundações e Entidades do Terceiro Setor. ONGs.

Referências:

SANTOS, Lenir (Org.). **Direito da Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Saberes Editora, 2010

MARANHÃO, Clayton. **Tutela Jurisdicional do Direito à Saúde**. Coleção Temas Atuais de DPC, Volume 7. Editora Revista dos Tribunais, 2003

MAPELLI JÚNIOR; Reynaldo, Combra, Mário; Matos, Yolanda Alves Pinto Serrano de. **Direito Sanitário**. Imprensa Oficial do Governo de São Paulo, 2012.

Lei Federal n. 10216/2001

Portaria GM-MS n. 2391/2002 - Regulamenta o controle das internações psiquiátricas involuntárias (IPI) e voluntárias (IPV)

Portaria GM-MS n. 3088/2011 - Republicada em maio de 2012 - Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com transtorno mental decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no SUS

BARLETTA, Fabiana Rodrigues **O Direito à Saúde da Pessoa Idosa** -. Editora Saraiva, 2010

FREITAS JÚNIOR, Roberto Mendes de. **Direitos e Garantias do Idoso**. Doutrina, Jurisprudência e Legislação -. Editora Atlas, 2ª edição, 2011

PINHEIRO, Naide Maria. **Estatuto do Idoso Comentado**. Editora Servanda, 2ª edição revista, atualizada e ampliada, 2008

VILAS BOAS, Marco Antonio. **Estatuto do Idoso Comentado**. Editora Forense, 2ª edição, 2009

PIEROTTI, Wagner de Oliveira. **O Benefício Assistencial a Idosos e Portadores de Deficiência**. Editora Leud, 2011

ABREU FILHO, Hélio (Org.). **Comentários sobre o Estatuto do Idoso**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004

SILVA, Eduardo Jannone da. **Tutela Jurídica do Direito à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Editora Juruá, 2009

FERRAZ, Carolina Valênça; LEITE, George Salomão; LEITE Glauber Salomão; LEITE Glauco Salomão Leite (coord.). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Coordenadores: Editora Saraiva, 2012

PAES José Eduardo Sabo. **Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social**. Aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários. Editora Forense, 8ª edição - Revista e ampliada, 2013

GRAZZIOLI, Airton; RAFAEL, Edson **Fundações Privadas**. Doutrina e Prática. Editora Atlas, 2ª edição, 2011.

Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área da moralidade administrativa e eleitoral

Ementa: Improbidade Administrativa - Noções Gerais de Licitações - Eleições.

Referências básicas:

DECOMAIN, Pedro Roberto. **Improbidade Administrativa**. São Paulo: Dialética, 2007.

GARCIA, Emerson; PACHECO ALVES, Rogério. **Improbidade Administrativa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

Referências complementares:

ALMEIDA, Roberto Moreira de. **Curso de direito eleitoral**. 6. ed. Salvador: JusPODIVM, 2012

BARROS, Francisco Dirceu. **Curso de processo eleitoral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BEM, Leonardo Schmitt de; CUNHA, Mariana Garcia. **Direito penal eleitoral: análise constitucional dos delitos eleitorais: comentários à Lei da Ficha Limpa**. 2. ed. São Paulo: Conceito, 2011.

BORN, Rogério Carlos. **Ação rescisória no direito eleitoral: limites**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CÂNDIDO, Joel José. **Direito eleitoral brasileiro**. 11. ed. Bauru: EDIPRO, 2004.

CÂNDIDO, Joel José. **Inelegibilidades no direito brasileiro**. 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2003.

CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. **Direito eleitoral brasileiro: o Ministério Público Eleitoral, as eleições em face das leis 9504/97, 9840/99, 10732/03, 10740/03 e 10792/03 e EC 35/01 (imunidade parlamentar e restrições)**. 3. ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua; Camila Albuquerque Cerqueira. **Direito eleitoral esquematizado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COÊLHO, Marcus Víncius Furtado. **Direito eleitoral e processo eleitoral: direito penal eleitoral e direito político**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

D'ALMEIDA, Noely Manfredini; SANTOS, Fernando José dos. **Crimes eleitorais e outras infringências**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002.

DECOMAIN, Pedro Roberto; PRADE, Péricles. **Comentários ao código eleitoral**. São Paulo: Dialética, 2004.

GARCIA, Emerson. **Abuso de poder nas eleições: meios de coibição**. 2. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012

GOMES, Suzana de Camargo. **Crimes eleitorais**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

LULA, Carlos Eduardo de Oliveira. **Direito eleitoral: comentários às leis n. 9.504/97, n. 9.096/1995 e a lei complementar n. 64/90.** Leme, SP: Imperium, 2008.

MEDINA, Ademir Imerim. **Comentários à lei eleitoral.** 3. ed. atual. c/ a Res-21702/2004. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

NISS, Pedro Henrique Távora. **Direitos políticos: elegibilidade, inelegibilidade e ações eleitorais.** 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2000.

PINTO, Djalma; PETERSEN, Elke Braid. **Comentários à Lei da Ficha Limpa.** São Paulo: Atlas, 2014.

PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Marcia Cristina Vaz dos Santos. **Código Eleitoral: Lei n. 4737, de 15.07.1965, atualizada pela Lei n. 9504, de 30.09.1997.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

RAMAYANA, Marcos, org. **Código eleitoral: lei n. 4737, de 15 de julho de 1965.** 3. ed. Rio de Janeiro: Idéia Jurídica, 2003

RAMAYANA, Marcos. **Comentários sobre a reforma eleitoral.** Niterói: Impetus, 2010.

RAMAYANA, Marcos. **Direito eleitoral.** 12. ed. Niterói: Impetus, 2011.

SANTOS, Paulo Fernando dos. **Crimes eleitorais comentados.** São Paulo: Leud, 2008.

PINTO, Luiz Djalma. **Direito Eleitoral: improbidade administrativa e responsabilidade fiscal: noções gerais.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTANA, Jair Eduardo; GUIMARÃES, Fábio Luís. **Direito eleitoral: para compreender a dinâmica do poder político.** 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SOUTO MAIOR FILHO, Marcos. **Direito eleitoral: lei da compra de votos e a reforma eleitoral: contexto constitucional e aspectos práticos.** 1. ed. (2006). Curitiba: Juruá, 2007.

Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área do meio ambiente

Ementa: Aspectos destacados do Direito Ambiental. Aspectos Processuais do

Direito Ambiental. Entendimento dos tribunais sobre a matéria. O papel dos órgãos ambientais no auxílio aos órgãos de execução. Principais ações institucionais ligadas à área ambiental. Atuação do MP em relação aos danos e delitos ambientais. Análise de casos práticos. Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas. Patrimônio Histórico e Cultural. A importância da atuação do Promotor de Justiça na atuação extraprocessual. Prática da atuação no direito ambiental. Programas institucionais, Saneamento (esgotamento sanitário), Resíduos Sólidos, Regularização Fundiária, Código Florestal (áreas de preservação permanente, reserva legal).

Referências básicas:

- SILVA, José Afonso. **Direito Ambiental Constitucional**. 10ª edição. São Paulo: Ed. Malheiros, 2013
- SARLET, Ivo Wolfgang. Tiago Fensterseifer. **Direito Constitucional Ambiental**
- COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente**. Belo Horizonte: Ed. Del Rey.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 22ª edição. São Paulo: Ed. Malheiros, 2014
- MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário**. 9ª edição. São Paulo: Ed. Rev. dos Tribunais, 2014.
- MPSC/CME. Guia do Saneamento Básico.
- MPSC/CME. Guia de Atuação em Delitos e Danos Ambientais.
- MPSC/CME. Guia do Parcelamento do Solo Urbano (Guia de Atuação no Ordenamento Urbano)

Referências complementares:

- CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MORATO LEITE, José Rubens. **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 5ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.
- MILARÉ. Édis e Paulo Affonso Leme Machado. **Novo Código Florestal**. São Paulo: Rev. dos Tribunais.

- COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro; BELLO FILHO, Ney de Barros; COSTA, Flávio Dino de Castro. **Crimes e infrações administrativas ambientais**. Belo Horizonte: Ed. Del Rey.
- FREITAS, Vladimir Passos de. FREITAS, Gilberto Passos de: *Crimes contra a natureza*. São Paulo: Rev. dos Tribunais.
- _____. **A Constituição Federal e a Efetividade das normas ambientais**. São Paulo: Ed. RT.
- _____. **Direito Administrativo e Meio Ambiente**. Curitiba: Juruá.
- PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal do Ambiente**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- SIRVINSKAS. Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 12^a ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2014.
- SIRVINSKAS. Luís Paulo/Juarez de Oliveira. **Prática de Direito Ambiental**. São Paulo: Ed. Saraiva.
- PINHO. Hortência Gomes. **Prevenção e Reparação de Danos Ambientais. As medidas de Reposição Natural, Compensatórias e Preventivas e a Indenização Pecuniária**. Rio de Janeiro: GZ Editora.; Stuttgart, Alemanha: R. Bosch.
- STEIGLEDER. Annelise Monteiro. **Responsabilidade Civil Ambiental. As dimensões do danos ambiental no Direito Brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- FILHO. José dos Santos Carvalho. **Comentários ao Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris.
- RODRIGUES. José Eduardo Ramos. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. São Paulo: Ed. RT.
- GUALHARDO. João Baptista. **O Registro do Parcelamento do Solo Para Fins Urbanos**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editora.
- SILVA. José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores.

Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área do consumidor

Ementa: Aspectos destacados do Direito do Consumidor - Aspectos destacados do processo coletivo. Ministério Público e o PROCON. A proteção do consumidor no mercado do crédito. Superendividamento. Práticas comerciais e contratuais abusivas. Consumo sustentável e sustentabilidade. Comércio eletrônico. Publicidade enganosa. Publicidade e consumo infantil. Segurança em estabelecimentos comerciais. Crimes contra as relações de consumo. O Ministério Público e a Vigilância Sanitária. Fiscalização de alimentos: alimentação segura e saudável; alimentos orgânicos, transgênicos e com agrotóxico. Qualidade da água. Serviços privados de saúde. Venda de medicamentos.

Referências básicas:

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; NERY JÚNIOR, Nelson. **Código brasileiro de defesa do consumidor: v.1: comentado pelos autores do anteprojeto: direito material (arts.1.º a 80 e 105 a 108)**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

LIMA MARQUES, Cláudia; BENJAMIN, Antônio H. V.; MIRAGEM, Bruno. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Referências complementares:

ALMEIDA, João Batista de. **A proteção jurídica do consumidor**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BARBOSA, Fernanda Nunes. **Informação: direito e dever nas relações de consumo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

CANUT, Letícia. **Proteção do Consumidor no Comércio Eletrônico: uma questão de inteligência coletiva que ultrapassa o direito tradicional**. Curitiba: Juruá, 2006.

GUIMARÃES, Paulo Jorge Scartezini. **Vícios do Produto e do Serviço por Qualidade, Quantidade e Insegurança**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

LISBOA, Roberto Senise. **Responsabilidade civil nas relações de consumo**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. 5ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso. **Responsabilidade civil no Código do Consumidor e a Defesa do Fornecedor**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área do tributária

Ementa: Crime tributário. Rotina de apuração do crime tributário. Rotina de parceria com a SEFAZ.. GAPEF - Grupo de Análise e Pesquisa Fiscal: Criação, estrutura, objetivos, missão, parceria, potencial, apresentações de casos e operações desenvolvidas com o MP. Promotoria de Justiça Regional: rotina e resultados. Parcerias institucionais. Atuação pré-lançamento e pós-lançamento tributário. Prisão preventiva nos crimes tributários - apresentação de casos práticos e operações desenvolvidas. Detalhes técnicos imprescindíveis para o oferecimento da denúncia. Sugestão de formação da acusação do crime tributário. Sequestro de bens. PIC - cisão e crimes conexos. Força-tarefa na investigação do crime tributário. Interceptação telefônica e o problema do contencioso administrativo. Compartilhamento de provas. Análise de cenário e sugestões de atuação. Elementos típicos, consumação e tentativa nos crimes previstos pelos artigos 1 a 3 da Lei n. 8.137/90.

Referência básica:

DECOMAIN, Pedro Roberto. **Crimes Contra a Ordem Tributária**. 5. ed. Belo Horizonte: Editora Forum, Belo Horizonte, 2010; MACHADO, Hugo de Brito. **Crimes Contra a Ordem Tributária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: Tópicos destacados da atuação na área constitucional

Ementa: Constituição e concretização dos direitos fundamentais. Organização do Estado e repartição de competência. Processo legislativo. Controle de constitucionalidade difuso e concentrado. Fundamentos do processo

constitucional e das ações típicas.

Referências básicas:

BARROSO, Luís Roberto. **O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRANDÃO, Paulo de Tarso. **Ações Constitucionais: novos direitos e acesso à justiça**. Florianópolis: Habitus, 2001.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CANOTILHO, J.J. Gomes (et. al). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito Processual Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2014.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Do Processo Legislativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SARLET, Ingo; MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

Disciplina: Tópicos destacados da atuação em recursos especial e extraordinário

Ementa: Recursos Extraordinários e Especiais. Prequestionamento. Admissibilidade dos Recursos Excepcionais. Sistema de precedentes. Peças processuais. Procedimento.

Referências básicas:

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Vol. V, 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DIDIER JR, Fredir e outros. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 3, Recursos. 11ª ed. Salvador: JusPodium, 2013.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso Extraordinário e Especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PINTO, Nelson Luiz. **Manual dos Recursos Cíveis**. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

4. CORPO DOCENTE

Docente	Disciplina	Lattes
Giovanni Andrei Franzoni Gil	Tópicos destacados da atuação na área tributária	http://lattes.cnpq.br/4734037281238424
João Luiz de Carvalho Botega	Tópicos destacados da atuação na área infância e juventude	http://lattes.cnpq.br/4798650686539170
Murilo Mauro Silveira Thais Carrier Mendonça	Metodologia do Trabalho Científico I	http://lattes.cnpq.br/5541483817365581 http://lattes.cnpq.br/8648826539283314
Luciana Cardoso Pilati Polli	Tópicos destacados da atuação na área do meio ambiente	http://lattes.cnpq.br/1955436428134238
Douglas Roberto Martins	Tópicos destacados da atuação na área dos direitos humanos e terceiro setor	http://lattes.cnpq.br/0626333420930131
Jádel da Silva Júnior	Tópicos destacados da atuação na área criminal	http://lattes.cnpq.br/0003979609054134
Wilson Paulo Mendonça Neto	Tópicos destacados da atuação na área de recursos especial e extraordinário	http://lattes.cnpq.br/6645874413341833
Davi do Espírito Santo	Tópicos destacados da atuação na área constitucional	http://lattes.cnpq.br/6795802318400786
Fabício Pinto Weiblen	Tópicos destacados da atuação na área da moralidade administrativa e eleitoral	http://lattes.cnpq.br/4298696450633366

Eduardo Paladino	Tópicos destacados da atuação na área do consumidor	
Andrea Aparecida Silva	Metodologia do Trabalho Científico II	http://lattes.cnpq.br/2145252174710513
Paulo Cesar Allebrandt	Informática Jurídica	http://lattes.cnpq.br/2287763273313116
Lenna Luciana Nunes Daher	Políticas Públicas	http://lattes.cnpq.br/1220270433134767
Sonia Liane Reichert Rovinski	Psicologia Jurídica	http://lattes.cnpq.br/7894999561534652
Carla da Silva Carvalho	Oratória Forense	
Cassiano Ricardo Haag	Redação Jurídica	http://lattes.cnpq.br/5096785163575801
Rui Carlos Kolb Schiefler	Segurança Institucional	
Karin Maria Söhnlein	Gestão de Promotorias de Justiça	http://lattes.cnpq.br/0787647157408154
Patrícia Vendramini	Gestão de Pessoas e Liderança	http://lattes.cnpq.br/7174087636748660
Flavio George Rocha	Orçamento público	http://lattes.cnpq.br/2171716647146810
Kátia de Jesus Wermelinger	Atendimento ao cidadão	http://lattes.cnpq.br/9936245813746113
Mauro Roberto Miranda Lacerda		http://lattes.cnpq.br/1869485061809670
Henrique da Rosa Ziesemer	Técnicas de negociação e de mediação e resolução de conflitos e de problemas	http://lattes.cnpq.br/6913389978064557
Vinicius Secco Zoponi		http://lattes.cnpq.br/5089027631771576
José Francisco Salm Junior	Excelência em Gestão Pública	http://lattes.cnpq.br/2943569686047674

5. CRONOGRAMA

As aulas presenciais serão realizadas mensalmente, nas salas de aula do CEAf, na Procuradoria-Geral de Justiça. Algumas disciplinas terão parte da carga horária ministrada a distância, por meio da plataforma do CEAf Virtual, conforme orientações a serem enviadas quando houver atividades.

Disciplina - Turma V	Datas
Tópicos Destacados da Atuação na Área de Recursos Especial e Extraordinário	Jun/2020 19 e 20
Tópicos Destacados da Atuação na Área Criminal	Jul/2020 10 e 11
Tópicos Destacados da Atuação na Área dos Direitos Humanos e Terceiro Setor	Ago/2020 14 e 15
Tópicos Destacados da Atuação na Área da Moralidade Administrativa e Eleitoral	Set/2020 18 e 19
Tópicos Destacados da Atuação na Área do Meio Ambiente	Out/2020 23 e 24
Tópicos destacados da atuação na área infância e juventude	Nov/2020 20 e 21
Tópicos destacados da atuação na área Tributária	Dez/2020 04 e 05
Políticas Públicas	Fev/2021 26 e 27
Oratória Forense	Mar/2021 19 e 20
Psicologia Jurídica	Abr/2021 16 e 17
Metodologia do Trabalho Científico I	Mai/2021 14
Redação Jurídica	Mai/2021 15
Orçamento Público	Jun/2021 18 e 19

Segurança Institucional	Jul/2021 16 e 17
Gestão de Pessoas e Liderança	Ago/2021 13
Metodologia do Trabalho Científico II	Ago/2021 14
Gestão de Promotorias de Justiça	Set/2021 17 e 18
Técnicas de negociação e de mediação e resolução de conflitos e de problemas	Out/2021 22 e 23
Gestão estratégica de comunicação na Promotoria de Justiça	Nov/2021 19 e 20
Excelência em Gestão Pública	Dez/2021 10
Atendimento ao Cidadão	Dez/2021 11
Tópicos destacados da atuação na área constitucional	A confirmar
Informática Jurídica	A confirmar
Entrega de artigo/ Seminário/ Encerramento do curso	A confirmar

Discentes Turma V
Ana Maria Horn Vieira Carvalho
Andréia Tonin
Bruno Poerschke Vieira
Daniel Dal Pont Adriano
Diego Henrique Siqueira Ferreira
Felipe De Oliveira Neiva
Fernanda Silva Villela Vasconcellos
Gabriela Arenhart
Raíza Alves Rezende
Stefano Garcia Da Silveira

Stephani Gaeta Sanches
Vinicius Silva Peixoto

Florianópolis, 06 de maio de 2020.

Amélia Regina da Silva
Coordenadora do Curso